

ENTRE AS IDAS E VINDAS POTIGUARES: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MIGRAÇÕES NO CONTEXTO DO RIO GRANDE DO NORTE¹

**Tiago Carlos Lima do Nascimento
Ricardo Ojima**

RESUMO

O Estado do Rio Grande do Norte tem apresentado dinâmicas migratórias maior destaque na região Nordeste há algumas décadas. Embora seja um estado pequeno cujos volumes absolutos pouco impactam no total dos fluxos migratórios da região como um todo, as dinâmicas internas do estado se constituem como importantes mudanças na dinâmica econômica, social e, sobretudo, para o planejamento. Este ensaio busca iluminar algumas das heterogeneidades intraestaduais e sua importância no contexto das migrações estaduais. Mais do que conclusões, busca-se construir elementos que permitam avançar em direção a estudos futuros mais detalhados dessas relações ainda pouco estudadas no âmbito sociodemográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Migração. Desenvolvimento regional. Nordeste. Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The state of Rio Grande do Norte has presented one of the most prominent migratory dynamics in the Northeast in the last decades. Although it is a small state and therefore absolute volumes slightly impact the total migration flows in the region as a whole, the internal dynamics of the state constitute major changes in the economics, social, and especially for public planning. This essay seeks to illuminate some of the intrastate heterogeneities and its importance in the context of region. More than conclusions, it seeks to build evidence to move towards more detailed studies in the future. Relationships still little studied within sociodemographics.

KEYWORDS: Migration. Regional development. Brazilian northeast. Rio Grande do Norte.

¹ Essa é uma versão ampliada e revisada do trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012. Apoio: MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº18/2012 (Processo: 403853/2012-5), "Urbanização, condições de vida e mobilidade espacial da população no contexto dos biomas nordestinos: repensando as heterogeneidades intra-regionais". Observatório das Migrações Nordestinas (UFRN/Fundaj).

ENTRE AS IDAS E VINDAS POTIGUARES: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MIGRAÇÕES NO CONTEXTO DO RIO GRANDE DO NORTE²

Tiago Carlos Lima do Nascimento*

Ricardo Ojima**

INTRODUÇÃO

Em seu período histórico, a região Nordeste do Brasil sempre se caracterizou como uma região com grande capacidade de emissão de força de trabalho para as outras regiões brasileiras, especialmente o sudeste. Muitas vezes dignificando o sertanejo que lutava pela sua sobrevivência no inóspito semiárido, e bravamente, se aventurava por terras desconhecidas em busca de seu sustento (AB'SABER, 1999; MARTINE, 1994; CAMARANO, 1997; DINIZ, 1988). Em grande medida, essa evasão da população nordestina é o resultado de uma economia nacional regionalmente desigual e incapaz de absorver força de trabalho de maneira homogênea em seu território. A partir da década de 1950, as desigualdades socioespaciais tornaram-se mais evidentes, devido ao grande desenvolvimento da região sudeste através de um acelerado processo de industrialização e de concentração capitalista. Enquanto no nordeste ainda predominava uma estrutura produtiva agrária tradicional baseada no latifúndio e na exploração da força de trabalho do pequeno produtor (ARAÚJO, 2000).

No intuito de tentar diminuir essas desigualdades regionais criou-se o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e, posteriormente, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esses dois órgãos buscaram desenvolver a região nordeste através do incentivo a um rápido processo de industrialização que iria trazer um maior dinamismo para uma economia até então “estagnada” (ARAÚJO, 2000). A seca tem sido o principal argumento explicativo para a miséria, a desigualdade e a pobreza na região Nordeste e já foi alvo de importantes

² Essa é uma versão ampliada e revisada do trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012. Apoio: MCTI/CNPq/MEC/CAPEs Nº18/2012 (Processo: 403853/2012-5), "Urbanização, condições de vida e mobilidade espacial da população no contexto dos biomas nordestinos: repensando as heterogeneidades intrarregionais". Observatório das Migrações Nordestinas (UFRN/Fundaj).

* Geógrafo e Mestrando em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

** Doutor em Demografia. Professor adjunto, Departamento de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa de Pós-Graduação em Demografia.

discussões (CASTRO, 2001; FURTADO, 1959; 1974; OJIMA, 2012b), que problematizaram adequadamente a construção ideológica em torno dos fatores exógenos (meio ambiente), mas ainda hoje políticas públicas e o discurso social reinventam formas de manter a dependência da população mais carente a partir do discurso das secas.

Segundo este planejamento de desenvolvimento regional, a industrialização seria a única saída para combater a pobreza no Nordeste, bem como a criação de um mercado consumidor independente das outras regiões brasileiras, para isso seria necessário o incentivo às indústrias a fim de que utilizem a matéria-prima existente no Nordeste (ARAÚJO, 2000; SILVA, 2002). Para Furtado (1959), baixas densidades demográficas seriam incompatíveis com uma economia competitiva. Assim, políticas incentivaram importantes contingentes populacionais em direção a determinados centros polarizadores.

Contando com um mercado de proporções razoáveis e força de trabalho barata e abundante, essa política econômica serviria como substituição de importações, contribuiria para a redução do subemprego, enfim, de um centro econômico autônomo e com poder de decisão centralizado no Nordeste (ARAÚJO, 2000; SILVA, 2002). Destarte, ocorreu um maior dinamismo econômico através da expansão de atividades industriais no nordeste com incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Estado, em detrimento dos setores econômicos tradicionais, os quais experimentaram uma acentuada queda.

A produção de bens de consumo não duráveis, antiga especialidade do Nordeste, declina sua participação de 83% para 48% no período entre 1950 e 1975 (Araújo, 2000). Com esta reestruturação econômica, a população dependente dos setores tradicionais da economia nordestina tornou-se mais frágil ainda e até impossibilitada de se reproduzir socialmente. Essa fragilidade do trabalhador irá refletir diretamente na mobilidade espacial de população no Nordeste, sujeitando o trabalhador a uma maior mobilidade espacial, o que irá contribuir diretamente para o adensamento populacional nos principais centros urbano-industriais no Nordeste, acentuar o processo de precarização da habitação urbana e contribuir também para a expulsão de trabalhadores para outras regiões brasileiras. A redistribuição da população residente deixa de ser uma mera

consequência de determinados processos espaciais, tornando-se catalisadora de profundas mudanças espaciais (LOBO, MATOS, 2010).

O avanço industrial e o dinamismo econômico no Nordeste se tornaram bastante evidentes através de indústrias têxteis, metalúrgicas, produção de material elétrico entre outros. Contudo, não considerar a economia nordestina como parte da economia nacional em seu planejamento, impediu que o GTDN fosse capaz de compreender o Nordeste como parte de uma totalidade que integra o território nacional; e também, a ideia de que a industrialização iria sanar os problemas no Nordeste mostrou-se precipitada, já que os problemas sociais persistiram, ou até mesmo se intensificaram. (ARAÚJO, 2000).

Assim, o avanço do parque industrial instalado no nordeste desenvolveu-se com economias complementares e de dependência com outros mercados regionais do Brasil ou nas relações com outros países. Ao contrário do que pensava o GTDN, ao desenvolver uma economia com capacidade de autonomia e voltada para o desenvolvimento, o nordeste especializou-se em exportações de bens complementares a outras economias, a extração e exportação de matéria-prima e no desenvolvimento de uma agroindústria também de base para exportação. Desse modo, o mercado nordestino tornou-se sujeito a volatilidade e necessidades de capitais exógenos, os quais estavam alheios aos problemas locais do contexto nordestino, dificultando o acesso aos trabalhadores dos bens e serviços que eles mesmos produziam (ARAÚJO, 2000).

Enquanto havia incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento destas grandes empresas, aos trabalhadores não restava outra opção além de vender por baixo valor a sua força de trabalho em empregos temporários ou que não possuíam estabilidade. Marca desse momento foi a busca por novas oportunidades de reprodução social, caracterizando não somente as taxas de migração líquida negativas no contexto inter-regional, mas também a uma acentuada mobilidade populacional no contexto intrarregional. Em direção às cidades no litoral ou em alguns pólos industrializados no interior do semiárido. É importante destacar também a importância de pensar a região Nordeste como um conjunto heterogêneo de contextos sociais, políticos e econômicos.

Considerando o próprio processo histórico que condicionou (ou foi definido) os fluxos migratórios já bastante estudados, surgem novos elementos na

contemporaneidade que passam a ter destaque dos fluxos intraregionais no Nordeste causado, entre outras coisas, pela reestruturação produtiva que o Brasil vem passando nas últimas duas décadas. Diante desta complexidade e do aumento significativo da migração de retorno, as abordagens explicativas tradicionais precisam ser revistas. Novas leituras sobre processos simultâneos complexificam as análises, pois se por um lado surgem novos fluxos, outros se tornam mais evidentes e alguns tradicionais ainda permanecem, muitas vezes ainda de modo predominante.

Mudanças sociais que ocorrem sobretudo a partir dos anos 1990, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, engendram novas dinâmicas que justificam uma mudança de paradigma (BRITO, 2009). Os polos econômicos não são mais os principais centros atratores dos migrantes, pois a descentralização da produção em um novo modelo de acumulação produtiva (HARVEY, 2008) mudam as relações população-emprego e diminuem as vinculações tradicionais entre mobilidade espacial da população e mobilidade social. Assim, a desconcentração da produção visa desestruturar, inclusive, o sistema de proteção social, buscando mão de obra mais barata, custos de oportunidade devido à competição econômica regional, facilidades logísticas, etc (BENKO, 1996; SCOTT et al, 2001; CASTELLS, 1999).

Ganham espaço as cidades médias e aglomerações urbanas sob um novo modelo multifuncional e complementar de funções urbanas onde emprego, serviços e população passam a buscar outros valores (SCOTT et al, 2001; LEFEBVRE, 1991). O objetivo desse artigo é realizar uma leitura a partir de contribuições teóricas que possam nos auxiliar na compreensão das últimas tendências migratórias envolvendo o estado do Rio Grande do Norte (RN) à luz do processo histórico que envolve a produção do espaço no estado. Particularmente, esse estado da região Nordeste apresenta características peculiares para tal empreendimento, pois apresenta já há algumas décadas um comportamento dos fluxos e trocas migratórias diferenciado. Veremos a seguir alguns detalhes dessa dinâmica regional e posteriormente uma análise da dinâmica migratória recente do RN dentro desse contexto econômico e social para começar a entender o que o diferencia (se é que há diferenças) dentro do Nordeste.

1 DINÂMICA SOCIOECONÔMICA NO RIO GRANDE DO NORTE

A dinâmica econômica e territorial do estado do Rio Grande do Norte acompanha a tendência do modelo de desenvolvimento desigual adotado pelas políticas públicas para o nordeste. Parte do antigo modelo de produção tradicional do RN foi substituída por um modelo fordista de produção entre as décadas de 1960 e 1980 com a inserção de novas indústrias através das políticas do GTDN e da SUDENE. Definindo num primeiro momento as principais formas de uma divisão territorial do trabalho nos moldes capitalistas no estado.

Através desse processo de acumulação capitalista desenvolvido nas últimas décadas aliados ao desenvolvimento da técnica a favor dos detentores dos meios de produção, mudanças na escala de produção e nas relações de distribuição e troca, que através de funções articuladas entre as diversas cidades torna a rede urbana uma condição para a divisão territorial do trabalho (PONTES, 2007).

No território norte-rio-grandense irá se destacar de forma singular a região metropolitana de Natal, a qual se inclui a capital do estado, que se constitui como o centro de destaque da rede urbana potiguar, norteador da divisão do trabalho no Rio Grande do Norte. Não se pode ignorar que nesse período do capitalismo, de acumulação flexível, não é somente Natal a cidade responsável pelas decisões, investimentos e inovações no território potiguar. Dessa forma, neste período de globalização identificamos conexões entre o global e o local no território potiguar. (PONTES, 2007).

Para fins desse estudo, é importante considerar as dinâmicas econômicas do Rio Grande do Norte para que através da análise da flexibilidade das relações de trabalho possamos compreender melhor as recentes mudanças dos fluxos migratórios no RN nesse período de acumulação flexível do sistema capitalista. Considerando também que o crescimento continuado das atividades econômicas e da concentração produtiva não leva a um crescente aumento de população, mas sim a sua diminuição (RICHARDSON apud LOBO, MATOS, 2010). Buscaremos compreender os processos migratórios através da análise histórica e de suas relações de produção nas recentes tendências.

Nesse estudo selecionamos as duas principais zonas que nos auxiliam a compreender os fluxos migratórios no RN, são elas a: Zona Homogênea Mossoroense e

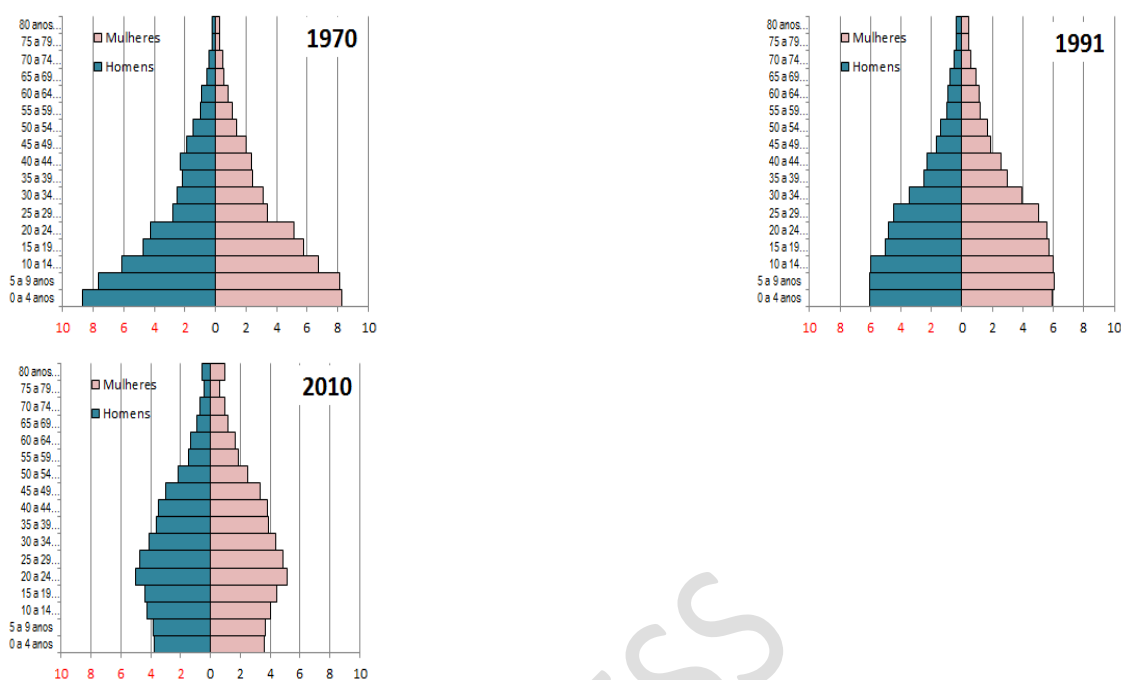
a Zona Homogênea do Litoral Oriental. Essa escolha foi feita porque cada uma dessas zonas possui características semelhantes no seu funcionamento econômico e social e detém os maiores estoques populacionais do estado.

Zona homogênea mossoroense

Tendo o próprio município de Mossoró como detentor de maior diversidade econômica e possuidor também de uma maior quantidade de empresas nesta zona, Mossoró tem passado por uma incipiente reestruturação produtiva, configurando-se como o centro de uma cidade-região, enquanto há o crescente aumento no setor de serviços caracterizando uma mudança na organização e estrutura econômica (RIBEIRO, RIBEIRO, 2010). Há uma forte expressão no setor de serviços, característica predominante em todo o estado. Esses serviços que são oferecidos na zona mossoroense estão comprometidos com o atendimento de um grande contingente populacional, disseminado numa vasta área estadual (PONTES, 2007).

Consideramos então a Zona Mossoroense, particularmente o município de Mossoró, possuidor de uma maior infraestrutura proveniente de um desenvolvimento capitalista desigual, um ponto de fluxo de migrantes e de grande mobilidade populacional. A estrutura etária do município de Mossoró permite identificar tais transformações. A partir da Figura 1, podemos perceber que se em 1970 a pirâmide etária do município indicava ainda uma estrutura etária jovem e uma redução da participação da população nos grupos de idade adultos jovens, essa situação passou a se alterar nos anos mais recentes.

Figura 1 – Estrutura etária por sexo, Mossoró – 1970, 1991 e 2010



Fonte: IBGE, 2010

De fato, ainda é possível perceber no ano de 1991, uma proporção reduzida da população masculina a partir dos 35 anos de idade. Essa situação, entretanto, parece expressar a inércia demográfica, refletindo ainda as consequências do período anterior, onde essas coortes foram afetadas mais fortemente pelo impacto da emigração. Assim, as taxas de crescimento da década de 2000, para o município de Mossoró, indicam que houve uma retomada importante, não apenas pela atração, mas, sobretudo, no período entre 1991 e 2000 a taxa de crescimento era de tímidos 1,18% ao ano, na última década essa taxa passou para 2,1% ao ano.

Numa primeira escala, há o fator de atração de mão de obra barata. A população do estado e do seu entorno interestadual expulsa de suas terras pelo latifúndio, por falta de condições de se reproduzirem socialmente em seu município de origem, irão migrar em direção a Mossoró em busca de novas oportunidades de trabalho ou de melhorias em seu modo de vida. Esse tipo de migrante possui pouca ou nenhuma especialização técnica e irá compor o exército industrial de reserva, e acentuar o processo de periferização causado pela segregação socioespacial inerente ao modelo capitalista e gerando outros fatores de expulsão de população.

Outra escala da atração populacional gerada por esta região é a capacidade de fornecer serviços a nível intraestadual e interestadual, atraindo migrantes com melhores condições financeiras que poderão usufruir dos serviços ofertados em Mossoró, mas não querem se distanciar da região por motivos pessoais.

Uma terceira escala dos fluxos migratórios seriam os trabalhadores altamente especializados que são contratados de outros estados ou países pelas grandes empresas globais para trabalhar na região, principalmente no ramo petrolífero. Por possuir uma maior capacidade de consumo, esse migrante possui uma maior mobilidade, normalmente não trabalhando no mesmo local por muitos anos. Em sua passagem ele faz surgir novos tipos de serviços na região para atender a sua capacidade de consumo e realiza visitas mais frequentes a Fortaleza-CE.

É importante destacar também que devido a não somente uma maior proximidade geográfica com Fortaleza-CE, mas também a fortes relações econômicas, Mossoró possui um expressivo fluxo de mobilidade populacional com a capital alencarina e outros estados do Ceará. Por sua vez, o estado Ceará também é um expoente nas taxas de migração de retorno, que apesar de não ser mais elevada que os estados do Rio Grande do Norte e Sergipe, possuem valores absolutos elevados. Podemos caracterizar que essas novas relações de produção no nordeste, especificamente no Rio Grande do Norte e Ceará estão alterando o perfil do migrante, beneficiando a sua retenção no local e na atração de novos migrantes nas escalas intraestadual, interestadual e nacional.

Zona homogênea do litoral oriental

O setor de maior evidência nesta zona concerne à esfera das atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas, destacando-se o município de Natal. Em virtude do Prodetur, constatou-se um aumento expressivo da prática turística no litoral oriental, e acompanhando essa tendência também uma expansão das atividades imobiliárias (PONTES, 2007).

O aumento do turismo bem como dos ramos de atividades econômicas voltados para atender essa circulação de turistas tem aumentado gradativamente, aumentando também a necessidade de força de trabalho a ser utilizada nas mais diversas atividades

turísticas, especialmente mão de obra barata, tarefas as quais o migrante que vem do interior do estado poderia cumprir.

O mercado imobiliário também sofre grandes expansões e alterações através da especulação imobiliária para atender a essa demanda de turistas. Esse processo de supervalorização das terras se dá de forma segregadora, uma vez que ele expulsa para a periferia a população mais pobre e se apropria das áreas mais valorizadas para poder especular em cima do valor da terra. Esse processo também acentua a mobilidade populacional na região metropolitana de Natal, gerando problemas como o grande fluxo diário de pessoas.

Figura 2 – Estrutura etária por sexo, Natal – 1970, 1991, 2010



Fonte: IBGE, 2010

O processo de transição demográfica de Natal assemelha-se ao de Mossoró no que se refere à passagem de elevadas taxas de natalidade em 1970, para uma estrutura etária mais envelhecida em 2010. Se em 1970, os jovens (pessoas de 0 a 14 anos) representavam 40% da população, em 2010, essa participação reduziu-se para apenas 21%. Fato que pode ser percebido pela evolução das pirâmides etárias da Figura 2. Embora a proporção de idosos ainda não seja significativa, nota-se que em 2010, a população de Natal assume uma distribuição menos impactada pelos fluxos de

emigração, pois, em 1970, fica visível uma redução na participação nos adultos jovens, particularmente do sexo masculino, o que deve ter estreita ligação com a emigração dos jovens em idade economicamente ativa.

Se, porém, a taxa de crescimento populacional do município de Natal é baixa, com 1,3% ao ano, o município se vale de uma rede urbana integrada, particularmente em seu eixo sul de desenvolvimento, no sentido do município de Parnamirim que, conurbado com Natal, absorve parte significativa do crescimento urbano e do desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Natal. Isso pode ser percebido a partir da taxa de crescimento elevada do município de Parnamirim nas últimas décadas (7,8% e 5% ao ano, nas décadas de 1991-2000 e 2000-2010, respectivamente).

Poderíamos identificar particularidades nos migrantes com baixo grau de especialização que irão buscar trabalhos assalariados nas redes de serviços ligadas ao turismo em Tibau do Sul, Pipa e em Natal, embora na capital possam encontrar trabalho também em diversos outros ramos econômicos.

Os migrantes internacionais também compõem uma parte importante da paisagem local. Uma vez que eram turistas e em sua visita encontraram possibilidades que permitissem migrar para essa região, o fizeram. Podem ser considerados como motivos: o clima, a paisagem local, a possibilidade de abrir seu próprio negócio, a participação do processo especulativo do valor da terra, construção civil ou serviços voltados ao turismo. (CANO, 2008 apud SIQUEIRA, MAIA, 2010). Normalmente cada migrante possui mais de uma dessas características citadas.

A região metropolitana de Natal se destaca por ser o ponto de confluência das migrações do Rio Grande do Norte. Ela é detentora do maior número de empresas e da maior capacidade de geração de emprego, de oferta de serviços, maior acesso aos meios de saúde e educação públicos e privados.

Outras regiões

É importante destacar que assim como o Litoral Oriental e a região mossoroense possuem uma maior expressividade em sua dinâmica econômica e migratória devido a presença de empresas globais e de mercados internacionais, que não os ressaltando de uma crítica ao seu modelo desenvolvimentista de relações socialmente desigual e

combinada, caracterizam essas duas regiões como as principais receptoras e influenciadoras dos fluxos migratórios no RN.

As demais regiões possuem um setor de produção mais tradicional ou a presença de empresas de extração que estão mais conectadas com o mundo globalizado, tendo uma relação marginal com a população local. Devido a essas características essas regiões emitem a força de trabalho necessária para as outras regiões do estado do RN.

O Litoral Norte destaca-se com serviços coletivos, sociais e pessoais em contrapartida com o número de dez estabelecimentos no setor de educação, sendo os únicos municípios que possuem estes estabelecimentos: Alto do Rodrigues, Angicos, João Câmara, Lajes e Touros destacando-se João Câmara como município de maior proeminência (PONTES, 2007). A presença das grandes empresas produtoras de sal não se caracteriza como um fator de atração para a população, mas sim de expulsão já que essas empresas acabaram com a pesca artesanal em municípios como Macau como já foi citado.

A zona do Alto Apodi, Serras Centrais, Agreste e Currais Novos evidenciam uma maior quantidade de serviços coletivos, sociais e pessoais, com o surgimento incipiente da pesca nos dois últimos. Caicó irá se destacar no setor de indústrias de transformação (PONTES, 2007). Principais cidades: Natal, Mossoró, Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros, João Câmara, Jucurutú e Santa Cruz.

2 DINÂMICA MIGRATÓRIA

Antes de discutirmos a dinâmica das migrações no Rio Grande do Norte de forma mais detalhada, é importante destacar as características singulares que esse estado possui. No contexto nordestino, o Rio Grande do Norte e o Sergipe são os estados que menos têm perdido população nas últimas décadas, em relação ao impacto do saldo migratório na população (taxa líquida de migração). Considerando o período mais recente e as reestruturações econômicas que o RN vem passando, podemos afirmar que essas novas estruturas têm transformado a dinâmica interna de movimentos migratórios tradicionais. Isso pode estar relacionado a uma alteração na seletividade da oferta de trabalho nas regiões norte-rio-grandense-s causada por alterações na velocidade da

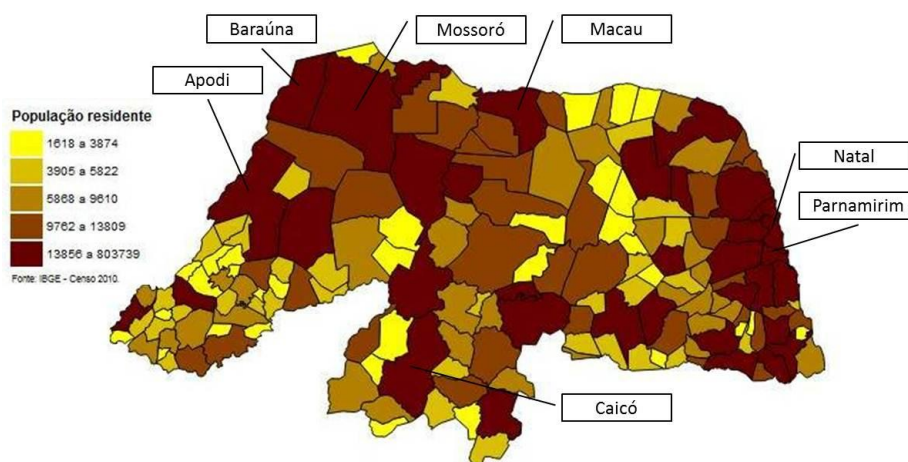
circulação financeira no espaço, dinamizando a economia em diversos ramos produtivos e permitindo a diversificação de tipos de postos de trabalho (HARVEY, 2009) que até então não existiam no estado.

Essas novas estruturas também permitem que a população local se estabeleça economicamente com menos dificuldades sem a necessidade de realizar as tradicionais migrações de longa distância em busca de ascensão social. Não pretendemos com isso presumir que a qualidade do trabalho e o modo de vida no Rio Grande do Norte estejam em um estado de desenvolvimento ótimo. Procuramos afirmar que a relação entre a esfera política e o capital gerador de desigualdades socioeconômicas e detentor de um modelo de desenvolvimento espacialmente excludente, causou rebatimentos diretos nos processos migratórios do estado através da mobilidade geográfica do capital e da mobilidade geográfica da população (HARVEY, 2009).

Devemos ressaltar também que o RN possui uma dinâmica regional intensa com os estados da Paraíba e do Ceará através das fronteiras imediatas. Essas relações também foram importantes para que o RN se tornasse um estado de circulação demográfica em vez de um estado expulsor, visto que nas últimas décadas ele tem mantido um saldo migratório positivo com esses dois estados.

Após um longo período de grandes fluxos migratórios de longa distância (Nordeste-Sudeste) - desde o Censo 1991, já era possível perceber os indícios de um arrefecimento destas tendências (BAENINGER, 2000; BRITO, 2006; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011) - o Censo 2010 confirmou a existência de novos espaços de migração no país, sobretudo entre os estados da região Nordeste. Os resultados para a década de 2000 permitem acompanhar essas mudanças em curso, mas também em relação às suas características socioeconômicas (OJIMA, 2012a).

Figura 3 – Distribuição da População no Rio Grande do Norte em 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Na figura 3, podemos observar a maior concentração de população em Mossoró e em seu entorno. Esta mesma tendência pode ser observada no município de Natal e em seu entorno, evidenciando que são as zonas de maior peso populacional devido às suas relações de polarizadoras de produção econômica, sendo impossível dissociá-las do contexto regional em que estão inseridos.

No que tange às demais zonas do estado, podemos observar também que elas possuem uma menor quantidade de população e sua distribuição ocorre de forma mais concentrada nas principais cidades da região, polarizadoras das relações econômicas de produção como já foi citado nos casos de João Câmara, Pau dos Ferros, Currais Novos e Caicó. As duas principais zonas homogêneas que nos auxiliam a compreender as migrações norte-riograndense, porém, são a Região Mossoroense³ e a Zona do Litoral Oriental⁴.

³ Apodi, Baraúna, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Itaú, Mossoró, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Upanema, Açú, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Parau, Ipanguaçu, Itajá, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel, Areia Branca, Grossos, Guamaré, Macau e Tibau.

⁴ Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, Arês, Baía Formosa, Brejinho, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha, Lagoa de Pedras, Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta, Passagem, Pedro Velho, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Várzea, Vera Cruz e Vila Flor.

As Tabelas 1 e 2 apresentam alguns indicadores que usaremos para analisar com mais detalhes algumas dessas tendências recentes nos municípios que compõem as duas principais regiões do RN. A principal cidade da Região Mossoroense é Mossoró, o segundo município mais populoso no estado cotando 259.815 habitantes em 2010. Apesar de sua polaridade no contexto regional, a dinâmica de atração migratória não se concentra apenas neste município. Considerando os dados do Censo Demográfico 2010 e os migrantes do segundo quinquênio da década de 2000⁵, o município de Mossoró apresenta uma taxa de migração líquida positiva tanto nas trocas entre outros municípios do RN quanto nas trocas com outros estados. Merece destaque, entretanto, o fato de que há uma contribuição significativamente maior de imigrantes de outros estados. Configura-se, portanto, no final da década passada, como um município de relativa absorção populacional.

IN PRESS

⁵ Pessoas de cinco anos ou mais de idade que não residiam no município em 31.7.2005.

Tabela 1 - Indicadores^{6*} migratórios para municípios da região Mossoroense (RN), 2010

Municípios	IEM	TML-Intra	TML-Inter
Açu	-0,1334	-2,3	0,2
Alto do Rodrigu	0,3734	6,7	1,8
Apodi	-0,0911	-1,8	0,6
Areia Branca	0,0670	-0,4	1,4
Baraúna	0,2485	2,9	1,5
Carnaubais	0,2173	3,0	1,0
Felipe Guerra	-0,2013	-2,9	0,7
Governador Dix	-0,0133	-0,4	0,2
Grossos	0,3024	2,1	1,4
Guamaré	0,2514	4,6	2,1
Ipanguaçu	0,0921	0,8	0,3
Itajá	0,1873	4,3	-0,5
Itaú	-0,3049	-8,9	1,7
Macau	0,0609	-0,9	2,0
Mossoró	0,1703	0,9	1,7
Paraú	-0,1829	-3,4	0,2
Pendências	-0,1912	-2,2	-1,1
Porto do Mangu	0,2615	2,5	2,1
Rodolfo Fernan	-0,0112	-1,5	1,2
Tibau	0,4215	6,7	3,5
São Rafael	0,0538	0,5	0,3
Serra do Mel	0,2774	5,0	1,4
Severiano Melo	-0,1929	-4,9	1,1
Upanema	0,1040	1,1	0,2

Fonte: IBGE, 2010

Devemos, entretanto, considerar o potencial polarizador de Mossoró no seu entorno regional. A influência exercida pelo centro expande-se e compartilha de um mesmo sistema, mesmo que não possuam uma contiguidade territorial (TOURINHO, 2006). Dessa forma, os fluxos migratórios transbordam os fluxos de capital e criam uma polinucleação de atividades regionais. Serão influenciados de alguma forma por estas relações econômicas através do uso do território quando falamos da implantação de novas infraestruturas, de novos sistemas de engenharias que geram uma nova dinâmica econômica através dos movimentos de população (SANTOS, SILVEIRA, 2000) no entorno de Mossoró.

⁶T.M.L.: Taxa de Migração Líquida; IEM: Índice de Eficácia Migratória; e Intra/Inter: Razão entre o saldo migratório intraestadual e o saldo migratório interestadual.

Nota: O índice de eficácia migratória (IEM) é uma medida sintética que relaciona o saldo migratório com o volume total de movimentos migratórios no período (migração bruta). Assim, seu cálculo está baseado no quociente entre saldo migratório e migração bruta, resultando em um índice que varia de -1 a +1, passando de expulsor (-1), circularidade (valores próximos a zero) até região de atração populacional (+1).

Em seu entorno regional, Mossoró será a principal cidade que atrairá os migrantes, e redistribuirá essa população migrante em direção aos outros municípios da sua região porque Mossoró em seu contexto regional é o detentor das ferramentas técnicas, de serviços, e de decisões políticas da região. Assim, ele exerce influência sobre as taxas de outros municípios como Baraúna que se emancipou de Mossoró, em 1981, e apresentou uma TML de 2,9% e 1,5% para as migrações intraestaduais e interestaduais, respectivamente. O IEM de 0,24 indica que Baraúna se configura como um município de atração migratória se comparado com outros municípios da região. Esse município possui uma acentuada expressão na produção de algodão e da pecuária, sendo, portanto um município intimamente ligado aos meios técnicos de produção de Mossoró.

É importante notar também nesse processo de reestruturação e de relação com Mossoró, as pequenas cidades dotadas de novas formas de produção ligadas às grandes empresas, acessíveis devido ao menor custo do valor da terra enquanto mantêm-se próximas às principais centralidades no interior do estado do RN que possuem um saldo positivo. Esses são os casos de Governador Dix-Sept Rosado, Upanema, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Itajá, Porto do Mangue, Grossos e Tibau.

Se somados a população de todos esses pequenos municípios citados, tivemos um total de 72.662 habitantes no ano de 2010. Assim, os saldos de migração positivos nestas localidades apesar de não serem valores expressivos em termos absolutos, representam altos valores proporcionais à quantidade de população.

Outros dois municípios que merecem destaque são Guamaré e Macau, pois apresentam um fluxo interessante. Apesar de a maior parte dos migrantes provenientes de Macau ir para Natal, uma parte significativa deles migrou para Guamaré, mantendo estes dois municípios numa relação de troca de fluxos populacionais. Macau também possui expressividade na emissão de migrantes para os outros municípios da região mossoroense. Nessa relação destacamos a forte presença da Petrobrás nesses dois municípios que servirão como fator de atração para uma força de trabalho bem qualificada e de empresas no setor de serviços que irão surgir no local para atender às necessidades mais particulares desses migrantes. Cabe ressaltar que as taxas negativas de Macau se devem às suas perdas intraestaduais, pois a TML interestadual é positiva,

reiterando a hipótese de atração de mão de obra qualificada. No caso das perdas migratórias intraestaduais, a forte presença das indústrias produtoras e exploradoras de sal marinho, que através da apropriação de terras no litoral e do impacto ambiental gerado na costa, servirão como um forte fator de expulsão de população que se reproduzia socialmente através da pesca artesanal.

É importante destacar que Mossoró, como a centralidade na qual converge um valor considerável de migrantes, possui uma dinâmica migratória fortemente ligada com Natal, a capital do estado. Sendo o município que mais emite e mais recebe migrantes de Mossoró, evidenciando que apesar do maior dinamismo econômico na região mossoroense, ela possui uma relação de dependência com Natal, onde possui uma forte relação de troca de fluxos migratórios, compartilhando também em menor número com municípios do estado de Fortaleza.

Essa tendência dos números mais expressivos de imigrantes e emigrantes estarem relacionados com o município de Natal é acompanhada por todos os municípios da região mossoroense, seguido pelo município de Parnamirim, alguns municípios de Fortaleza e demais localidades do estado.

Natal é o maior centro urbano do estado e polarizador da técnica, dos serviços e dos centros de decisão não somente do litoral oriental, mas de todo o estado. Contando com uma população de 803.739 habitantes no ano de 2010. Entretanto, não tem sido mais o principal polo de atração de imigrantes, pelo contrário, a TML para o último quinquênio da década de 2000 é negativa (-3,5%), sendo praticamente toda essa perda migratória para outros municípios do RN.

Com uma dinâmica iminentemente metropolitana, sobretudo com os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, exerce uma grande influência na oferta de serviços e na economia. Assim, o centro urbano não é uma entidade espacial definida, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma mesma estrutura urbana (CASTELLS, 2009).

Tabela 2 – Indicadores⁷ migratórios para municípios do Litoral Oriental (RN), 2010

Municípios	IEM	TML-Intra	TML-Inter
Arês	-0,0062	-1,1	1,0
Baía Formosa	0,0566	0,9	0,2
Brejinho	0,0737	0,5	1,2
Canguaretama	0,0697	-0,7	1,7
Ceará-Mirim	0,0426	-0,5	1,1
Parnamirim	0,5398	13,3	5,2
Espírito Santo	-0,2540	-2,2	-3,1
Extremoz	0,3872	7,3	1,7
Goianinha	-0,0714	-1,6	0,7
Lagoa de Pedras	0,0230	-0,1	0,5
Macaíba	0,2841	3,8	1,5
Maxaranguape	0,2275	3,1	2,2
Monte Alegre	0,0810	0,7	0,7
Natal	-0,1653	-3,5	0,2
Nísia Floresta	0,3178	5,8	1,1
Rio do Fogo	-0,2456	-4,0	-0,6
Passagem	-0,2677	-2,3	-0,7
Pedro Velho	-0,0044	-0,9	0,9
São Gonçalo do Amarante	0,5461	11,4	2,1
São José de Mipibu	0,1084	0,5	2,0
Senador Georgino Avelino	0,3453	4,1	1,3
Tibau do Sul	0,3055	3,3	4,4
Várzea	-0,1996	-4,8	1,1
Vera Cruz	0,0430	0,7	0,1
Vila Flor	-0,1716	-7,5	3,3

Fonte: IBGE, 2010

Devemos então pensar no município de Natal num conjunto de relações com esses municípios, não somente econômicas, mas também de relações sociais e simbólicas nos quais eles interagem mutuamente. Existem grandes conjuntos habitacionais em Parnamirim e em São Gonçalo do Amarante que se encontram mais próximos à cidade de Natal do que ao centro urbano do seu município politicamente instituído, além disso, esses conjuntos possuem uma contiguidade urbana com a capital, mas não possuem contiguidade com a sede do município original. Existem muitas terras

⁷ T.M.L.: Taxa de Migração Líquida; IEM: Índice de Eficácia Migratória; e Intra/Inter: Razão entre o saldo migratório intraestadual e o saldo migratório interestadual.

Nota: O índice de eficácia migratória (IEM) é uma medida sintética que relaciona o saldo migratório com o volume total de movimentos migratórios no período (migração bruta). Assim, seu cálculo está baseado no quociente entre saldo migratório e migração bruta, resultando em um índice que varia de -1 a +1, passando de expulsor (-1), circularidade (valores próximos a zero) até região de atração populacional (+1).

que ainda não foram ocupadas entre esses municípios, servindo atualmente para especulação no mercado imobiliário.

Não ignorando que esses municípios do entorno possuem uma forte expressão na produção socioespacial do estado, devemos observar que a tendência demográfica está diretamente ligada às importantes mudanças no uso e ocupação do urbano metropolitano. Em parte, a tradicional expansão da mancha urbanizada a partir da periferização da população de baixa renda, mas também o avanço de empreendimentos de médio e alto padrão em direção às franjas metropolitanas têm sido responsáveis por essa nova dinâmica de transbordamento urbano de Natal em direção ao seu entorno imediato.

Esses são os processos causadores do que vemos hoje nos municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e até Nísia Floresta. Os três municípios que mantêm um saldo positivo expressivo nesta região estão próximos à capital, sendo que em Parnamirim a TML é da ordem de 18% apenas no último quinquênio da década passada e possui 202.456 habitantes, sendo o município que mais cresceu no estado nas últimas décadas (tendo praticamente dobrado sua população entre 2000 e 2010). É para Parnamirim que converge um número surpreendente dos migrantes do RN, explicando grande parte dos fluxos interestaduais do RN, com uma TML interestadual da ordem de 5%.

É importante destacar também que a formação destas cidades-dormitório não se deve exclusivamente ao processo de exclusão através da especulação imobiliária, mas também a desconcentração da indústria no polo de Natal, não estando ligado diretamente a uma precarização socioeconômica e urbana (OJIMA, et al, 2010), mas sim a contextos históricos e de escolhas no modo de vida da população. Afinal, há ao mesmo tempo um fluxo significativo de movimentos pendulares de residentes na sede metropolitana (Natal) para os municípios do entorno (OJIMA et al, 2013).

No Litoral Oriental também é observado os saldos positivos nas pequenas cidades como: Brejinho, Lagoa de Pedras, Monte Alegre, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, São José de Mipibú, Tibau do Sul, Vera Cruz e Vila Flor. Diferente da região mossoroense, as pequenas cidades com um saldo positivo de migrantes apresentam-se em maior número devido a uma maior diversidade de produção e do

acesso, mesmo que incipiente, a meios técnicos promovidos pela proximidade a um centro urbano mais dinâmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa tentativa de compreender a complexa natureza e relações de troca de população que envolvem o estado do Rio Grande do Norte mediante uma perspectiva mais abrangente em seus diversos recortes espaciais, podemos afirmar que essa tarefa não pode ser empreendida sem conceber as relações de produção, as relações socioespaciais desenvolvidas a luz da totalidade.

As recentes mudanças nas estruturas econômicas e sociais do Brasil causado pelos tradicionais centros de absorção de população principalmente no Sudeste causa um rebatimento direto nos fluxos migratórios internos do estado do Rio Grande do Norte, mostrando que há uma influência do global se manifestando no lugar por meio de processos históricos que se iniciaram nas primeiras políticas desenvolvimentistas implantadas no nordeste.

É essa dinamização econômica nos mais diversos setores de produção, o atrativo para os migrantes de fugir dos problemas dos grandes centros metropolitanos e a paisagem litorânea que fazem com que o Rio Grande do Norte se destaque como um estado “ganhador” de população no contexto nordestino (OJIMA, 2012a). Aparentemente, é uma série de fatores econômicos, simbólicos, e a presença de diversos pólos educacionais em nível superior aliada à possibilidade de trabalho especializado em alguns ramos da economia, que fazem com que o estado se torne capaz de absorver esta crescente quantidade de migrantes.

Destarte, os fluxos migratórios do Rio Grande do Norte encontram-se polarizados nos dois principais municípios do estado: Natal e Mossoró. Esses dois principais municípios irão polarizar os fluxos migratórios em suas respectivas regiões, como já foi citado no trabalho, e concentram a população do estado em seu entorno, apesar de cada um desses pólos possuírem suas especificidades como a dependência técnica que envolve os municípios do entorno de Mossoró e a desconcentração da indústria em Natal e o significativo crescimento populacional nas cidades do entorno de

Natal, constituindo uma região densa. O município de Parnamirim, elemento central nesse processo, poderá se tornar o segundo maior município do estado, ultrapassando Mossoró em poucos anos, devido ao seu ainda grande passivo de atração.

Identificamos também essa relação dual entre as regiões mossoroense e o litoral oriental que mesmo considerando que há um fluxo populacional entre estas duas regiões, com uma tendência maior dos migrantes partirem da região mossoroense em direção ao litoral oriental, mais especificamente Natal e Parnamirim. É importante destacar também que a presença de grandes empresas de extração de matéria-prima no estado exerce um papel que influencia a expulsão da população do seu local de origem, muitas vezes relacionados ao desenvolvimento da grande propriedade para a pecuária ou para o cultivo da cana-de-açúcar ou a extração petrolífera ou de sal que se tornarão grandes dinamizadores dos fluxos migratórios.

O maior detalhamento das comparações que poderão ser desenvolvidas com o Censo 2010 merece atenção, mas considerando-se que poucas foram as análises empreendidas sobre as migrações potiguares a partir dos Censos anteriores, este breve estudo descritivo se fez necessário para o avanço mais sólido das potencialidades de análise mais recentes.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A.N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, IEA/USP: São Paulo, v.13, n.36, 1999, p.7-59.

ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Revista Estudos Avançados, Dossiê Nordeste*, São Paulo, v. 11, n. 29, abr. 1997.

_____. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BAENINGER, R. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996. In: *Textos NEPO 35*.

REDISTRIBUIÇÃO da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: NEPO, 2000.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2008.

BAENINGER, R.; OJIMA, R. Novas Territorialidades e a Sociedade de Risco: Evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. *Papeles de Población*, v. 14, p. 141-154, 2008.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*, São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

BRITO, F. As migrações internas no -Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações*, Belo Horizonte: ABEP, 2009.

BRITO, F. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, A. (Org.). *Transições migratórias*. Fortaleza: Iplance, 2002.

CAMARANO, A.A. Movimentos migratórios recentes na região nordeste. DO I ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. *Anais...* ABEP: Curitiba, 1997.

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA A. U. *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro, 4ª Ed. Paz e Terra, 2009.

CASTRO, J. *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DINIZ, C.C. O nordeste e o contexto nacional. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda: ABEP. 1988.

FURTADO, C. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FUSCO, W.; DUARTE, R. Regiões metropolitanas no Nordeste: origens, destinos e retorno dos migrantes. *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP. 2010.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.

LEFEBVRE, H., 1991, *A vida cotidiana no mundo moderno*, São Paulo: Ática.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. *Texto para Discussão*, IPEA: Brasília, 1994.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. 2ª Ed. Rio de Janeiro:, Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, K.F. *Demografia da pobreza em Sergipe: migração, renda e características municipais a partir dos anos 80*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2008.

OLIVEIRA, L.A.P.; OLIVEIRA, A.T.R. (Org.) *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Série Estudos e Análises: Informação demográfica e socioeconômica. n.1. Rio de Janeiro: IBGE. 2011.

OJIMA, R. As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um estado “ganhador”. *Cadernos de Estudos Sociais*. Fundaj: Recife. V.27, n.1, 2012a.

OJIMA, R. Mobilidade populacional, condições de vida e desenvolvimento no semi-árido brasileiro: por uma demografia da seca (no prelo). In: Gilvan Ramalho Guedes. (Org.). *Território, Mobilidade Populacional e Ambiente*. 1ed. Governador Valadares: Univale, 2012b.

OJIMA, R.; NASCIMENTO, T.C.L.; SILVA, L.C.; PIMENTEL, D.E.M. Urbanização dispersa e vulnerabilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida. In: *Anais do XV Encontro da ANPUR*, Anpur: Recife. 2013.

OJIMA, R. ; MARANDOLA JUNIOR, E.J. ; PEREIRA, R.H.M. ; SILVA, R. B. . O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as cidades-dormitório. *Cadernos Metrópole (PUCSP)*, v. 12, p. 395-415, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2011.

SANTOS, T.F.; MOREIRA, M.M.; MOURA, H.A. A população do nordeste em face da transição demográfica. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP. 1990.

SANTOS, T.F.; MOURA, F.A. Os determinantes da mortalidade infantil no nordeste: aplicação de modelos hierárquicos. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP: Caxambu, 1990.

SCOTT, A.J.; AGNEW, J.; SOJA, E.W.; STORPER, M. “Cidades-regiões globais”, in *Revista Espaço e Debates*, n. 41, 2001.

SILVA, J. B. Adeus Sudene, que saudades de Celso Furtado, in *Revista Mercator* Vol. 8, n.7.

SPOSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA A. A. *Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEIXEIRA, P. Mortalidade na infância, relações produtivas e pobreza no nordeste: um estudo estatístico e sócio-econômico. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP: Caxambu, 1998.

IN PRESS